



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**1ª VARA CRIMINAL**

Rua Conde do Pinhal, 2061, Centro, São Carlos - 13560-648 - SP

**TERMO DE AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO, DEBATES E JULGAMENTO**

Processo nº: **1502638-53.2018.8.26.0566**  
 Classe - Assunto: **Procedimento Especial da Lei Antitóxicos - Tráfico de Drogas e Condutas Afins**  
 Documento de Origem: **CF, BO, CF, BO - 2057999/2018 - DISE- DEL.SEC.SÃO CARLOS, 196/2018 - DISE- DEL.SEC.SÃO CARLOS, 2057999 - DISE- DEL.SEC.SÃO CARLOS, 196/18/516 - DISE- DEL.SEC.SÃO CARLOS**  
 Autor: **Justiça Pública**  
 Réu: **KARINA APARECIDA TEIXEIRA**

Réu Preso

Justiça Gratuita

Aos 11 de dezembro de 2018, às 15:30h, na sala de audiências da 1ª Vara Criminal do Foro de São Carlos, Comarca de São Carlos, Estado de São Paulo, sob a presidência do MM. Juiz de Direito Dr. **ANTONIO BENEDITO MORELLO**, comigo Escrevente ao final nomeado, foi aberta a audiência de instrução, debates e julgamento, nos autos da ação entre as partes em epígrafe. Cumpridas as formalidades legais e apregoadas as partes, verificou-se o comparecimento do Dr. Luiz Carlos Santos Oliveira, Promotor de Justiça, bem como da ré **KARINA APARECIDA TEIXEIRA**, devidamente escoltada, acompanhada da Dra. Amanda Grazielli Cassiano Diaz, Defensora Pública. Iniciados os trabalhos foi questionada a escolta acerca da necessidade da manutenção das algemas, sendo que esta afirmou que não poderia garantir a segurança do ato processual, do(a) próprio(a) imputado(a) e de todos os presentes, por sua insuficiência numérica. Diante disso e cabendo ao Juiz Presidente regular os trabalhos em audiência, foi determinada a manutenção das algemas como a única forma de se resguardar a integridade dos presentes e, principalmente, do(a) próprio(a) imputado(a), nos termos da Súmula Vinculante nº 11 do Supremo Tribunal Federal. Prosseguindo, foi inquirida a testemunha de acusação Jenuy Carlos da Fonseca. Ausente a testemunha de acusação Robson Luiz Copriva, policial cuja ausência foi justificada. As partes desistiram da oitiva do mesmo. O MM. Juiz homologou as desistências e passou a interrogar a ré. A colheita de toda a prova (depoimento da testemunha e interrogatório do acusado) foi feita através de gravação em arquivo multimídia no sistema SAJ e nos termos dos Provimentos nº 866/04 do Conselho Superior da Magistratura e 23/04 da Corregedoria Geral de Justiça, com as alterações previstas na Lei nº 11419/06, sendo impressas as qualificações de todos em separado e anexadas na sequência. Concluída a instrução o MM. Juiz determinou a imediata realização dos debates. **Dada a palavra ao Dr. PROMOTOR:** MM. Juiz: A ré foi denunciada como incurso no artigo 33, “caput”, da Lei 11.343/06 uma vez que trazia consigo para fins de tráfico 25 pedras de “crack”. A ação penal é procedente. O policial militar disse que já conhece a ré há muito tempo e que a mesma vive em biqueiras, sendo que na ocasião ela trazia consigo, no interior de suas vestes, 25 pedras de “crack”. Também foi apreendida a quantia de dez reais. A quantidade de drogas, a condição econômica da acusada e o dinheiro com ele apreendido são situações que revelam o tráfico de drogas. De fato a ré vive de recolher recicláveis, de modo que não teria sentido comprar de uma só vez as 25 pedras, ficando apenas com a quantia de dez reais. Assim, a lógica é de que pela quantidade a finalidade era mesmo mercantil e que a quantia de dez reais consistia já em produto de uma venda já realizada. Aliás, o policial militar disse que durante a abordagem a ré admitiu plenamente que a droga que portava seria destinada à venda. Isto posto, requeiro a condenação da ré nos termos da denúncia. A pena-base deve ser fixada acima do mínimo em razão das várias



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**1ª VARA CRIMINAL**

Rua Conde do Pinhal, 2061, Centro, São Carlos - 13560-648 - SP

condenações. Na segunda fase da dosimetria deverá a pena ser aumentada em razão da reincidência. Considerando a reincidência e a que a atividade do tráfico causa enorme malefício social o regime para o início do cumprimento da pena deve ser o fechado. **Dada a palavra à DEFESA:** MM. Juiz: Requer-se a desclassificação para o delito do artigo 28 da lei de drogas. A acusada, tanto na fase inquisitorial quanto em juízo, narrou que as drogas que possuía eram destinadas ao seu consumo pessoal. O laudo de constatação preliminar indica o peso líquido irrisório de 3,2 gramas de droga. A acusada já era conhecida usuária de “crack” e portava esta pequena quantidade do entorpecente. Não há elementos suficientes nos autos a indicar a prática da traficância, motivo pelo qual requer-se a desclassificação conforme pleiteada. Em caráter subsidiário, caso haja condenação por tráfico, deve ser observada a irrisória quantidade de entorpecentes (3,2 gramas), como circunstância judicial positiva a ser compensada com eventuais circunstâncias negativas na primeira fase da dosimetria. Na segunda fase deve incidir a atenuante da confissão, porque a lei não condiciona a aplicação da atenuante em questão a que a confissão seja completa e a acusada confessou estar de posse dos entorpecentes que lhe foram atribuídas, contudo narrando que eram para consumo pessoal. Caso se dê pela credibilidade à versão do policial para a condenação, esta versão também deve ser utilizada para a incidência do redutor de penas na terceira fase da dosimetria. Narrou o policial que a ré estaria vendendo drogas para conseguir dinheiro porque estava sendo ameaçada por traficantes e tinha medo de morrer, em razão de dívida que possuía. O que o policial narra é situação de pessoa que vende drogas para sustentar o vício e que não tinha outra opção sob pena de ser assassinada. Evidente a necessidade de aplicação de menor rigor do que aquele dado às pessoas traficantes de drogas que são reincidentes pelo mesmo delito. A ré apenas ostenta condenações anteriores por furto. Requer-se, desta feita, a incidência da causa de diminuição do § 4º do artigo 33 da Lei 11343/06. Por derradeiro requer-se imposição de regime diverso do fechado. Em seguida o MM. Juiz proferiu a seguinte sentença: **VISTOS. KARINA APARECIDA TEIXEIRA**, RG 33.909.808, com dados qualificativos nos autos, foi denunciada como incurso nas penas do artigo 33, “caput”, da Lei 11.343/06, porque no dia 19 de setembro de 2018, por volta das 14h23min, no cruzamento entre as Ruas José Mancini e Núncio Cardinali, Vila Izabel (Jardim São Paulo) nesta cidade e comarca, trazia consigo, para fins de mercancia, o total de 25 (vinte e cinco) pedras de crack, substância entorpecente que determina dependência física e psíquica, sem autorização e em desacordo com determinação legal e regulamentar (cf. auto de exibição e apreensão as fls. 27/28 e laudos de constatação e toxicológicos as fls. 30/32 e 73/75). Consoante apurado, policiais militares realizavam patrulhamento de rotina pelo local dos fatos, quando avistaram a denunciada sentada no passeio público. Contudo, logo que avistou a viatura policial, a ré rapidamente se levantou e dispensou algo no chão, pondo-se a caminhar. Neste momento, os milicianos notaram que a indiciada possuía um invólucro dependurado na parte de trás da sua veste íntima, justificando sua abordagem. Realizada busca pessoal, os agentes da lei constataram que o referido invólucro se tratava de um plástico em cujo interior estavam acondicionadas vinte pedras de crack. A seguir, realizada busca no local que em que a indiciada fora avistada em um primeiro momento, os milicianos lograram recuperar outras cinco pedras de crack. Naquele mesmo perímetro, os policiais ainda apreenderam a quantia de R\$ 10,00, a qual estava escondida debaixo de uma pedra. Instada informalmente, a ré confirmou que a droga lhe pertencia, bem como que se destinava à venda, versão esta reiterada em solo policial, quando sua prisão em flagrante delito foi confirmada. E o intuito de repasse do tóxico a terceiros por parte da denunciada é manifesto, seja pelas circunstâncias e condições em que o estupefaciente foi apreendido, seja porque posteriormente ela confirmou que estava no local dos fatos para comercializá-lo. A ré foi presa e autuada em flagrante, sendo esta prisão convertida em prisão preventiva (fls. 66/67). Expedida a notificação (fls. 100), a ré, através da Defensoria Pública, apresentou defesa preliminar (fls.105/106). A denúncia foi recebida (fls. 112) e a ré foi citada (fls. 129). Nesta audiência, inquirida uma testemunha de acusação, a ré foi interrogada. Nos



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**1ª VARA CRIMINAL**

Rua Conde do Pinhal, 2061, Centro, São Carlos - 13560-648 - SP

debates o Dr. Promotor opinou pela condenação, nos termos da denúncia, enquanto que a Defesa requereu a desclassificação do delito de tráfico para o do artigo 28 da lei 11343/06. Em caso de condenação requereu a aplicação do redutor previsto no § 4º do artigo 33 da Lei 11343/06. **É o relatório. DECIDO.** A ré é pessoa bastante conhecida nos meios policiais e também deste juízo, porquanto já foi presa algumas vezes pela prática de pequenos furtos. É totalmente dependente de droga e para alimentar o vício comete furtos e também vive pelas ruas recolhendo sucatas para conseguir algum numerário e adquirir droga. Já vive na rua há muitos anos. O policial hoje ouvido, que realizou a prisão da ré, deu um panorama sobre a vida da mesma. Também é sabido, porque não apenas acontece com a ré, mas com todo dependente em situação de rua, que os mesmos são arregimentados pela corrente do tráfico para fazer o comércio nas “biqueiras” em troca de entorpecente. Também não se pode ignorar que quando esses pobres diabos não conseguem pagar pela droga que recebem para a venda ou ainda, em decorrência da dependência, acabam consumindo o produto, pagam com a própria vida. Esta é a triste realidade. A ré não é propriamente uma traficante contumaz. Quando não consegue dinheiro, inclusive por meios ilícitos, para sustentar o vício, acaba aderindo ao tráfico. No caso dos autos a ré, que antes já tinha sido advertida pelo policial militar que a conhece há muito tempo, naquele dia se achava justamente na biqueira e na posse de 25 pedras de “crack”, que são atreladas umas nas outras, formando o conhecido “chuveirinho”. Ao perceber que seria abordada a ré tentou ocultar o entorpecente sob as vestes mas não conseguiu. Sem ter como negar a atividade que naquele momento estava exercendo, confirmou para o policial a prática delituosa e acabou autuada em flagrante. A negativa que apresentou nos autos, justificando que tinha a droga para consumo próprio, não convence, até porque a ré não teria condições financeiras de ter a quantidade de pedras que foi encontrada em seu poder. Portanto, naquele dia e local a ré estava trabalhando para o tráfico e o entorpecente que portava tinha a finalidade do comércio. Negar esta situação é fazer pouco caso da evidência que está nos autos. A condenação se impõe porque a autoria está bem demonstrada como também a materialidade, esta revelada nos laudos de prévia constatação (fls.30/32) e ao toxicológico definitivo (fls. 73/75). A ré é reincidente, mas não é específica. A sua atuação no tráfico é esporádica, justamente quando precisa de droga em decorrência do vício. Não está ligada a nenhuma organização criminosa. Por tudo isto delibero, até por questões de humanidade, política criminal e observando o princípio da proporcionalidade, aplicar o redutor previsto no parágrafo 4º do artigo 33 da Lei 11343/06. Pelo exposto e por tudo mais que dos autos consta, **JULGO PROCEDENTE A ACUSAÇÃO** para impor pena à ré. Observando todos os elementos formadores do artigo 59 do Código Penal, a despeito dos maus antecedentes mas diante das circunstâncias que foram mostradas nos fatos, delibero impor-lhe desde logo a pena mínima, ou seja, de 5 anos de reclusão e 500 dias-multa, no valor unitário de 1/30 do salário mínimo vigente na data do crime. Na segunda fase, mesmo presente a agravante da reincidência, deve ser reconhecida a atenuante da confissão espontânea, porque a ré confessou para o policial que a prendeu e esta confissão serviu de base para reconhecer como caracterizado o tráfico. Assim, deixo de impor modificação fazendo a compensação de uma circunstância pela outra. Por fim, reconhecida a causa de diminuição prevista no artigo 33, § 4º, da Lei citada, reduzo a pena em dois terços, que é suficiente para o caso da ré. Uma redução menor traria um ônus maior para o Estado, de ter que custear a ré por mais tempo no presídio. **CONDENO, pois, KARINA APARECIDA TEIXEIRA** à pena de **um (1) ano e oito (8) meses de reclusão e de 166 dias-multa, no valor mínimo**, por ter transgredido o **artigo 33, “caput”, c.c. o seu § 4º, da Lei 11.343/06**. Mesmo não sendo o crime, na forma como o réu está sendo punido, considerado hediondo pela atual orientação jurisprudencial, reveste-se de especial gravidade social, por ensejar graves sequelas no âmbito da saúde pública, além de fomentar a prática de outros crimes. Na verdade a traficância impulsiona a criminalidade que assola o país, porquanto o usuário, no desejo de sustentar seu vício, pratica toda espécie de delitos, abalando e atingindo toda a sociedade. O regime mais liberal (aberto), que é cumprido em domicílio, constitui hoje em



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**1ª VARA CRIMINAL**

Rua Conde do Pinhal, 2061, Centro, São Carlos - 13560-648 - SP

liberdade total, pela impossibilidade de fiscalização, não sendo adequado e suficiente ao caráter preventivo e repressivo da reprimenda. Impõe-se, portanto, a fixação do **regime semiaberto**, que se mostra mais adequado para punir a ré pela ação cometida e ainda servir para norteá-la a uma mudança de comportamento, se é que isto será possível, sem transmitir impunidade. A ré não poderá recorrer em liberdade. Como permaneceu presa desde o início, com maior razão deve continuar recolhido agora que está condenada, devendo ser recomendada na prisão em que se encontra. Por ser beneficiária da assistência judiciária gratuita deixo de responsabilizá-lo pelo pagamento da taxa judiciária. Decreto a perda do dinheiro apreendido por ter sido arrecadado com a prática do crime, devendo ser recolhido à União (FUNAD). Dá-se a presente por publicada na audiência de hoje, saindo intimados os interessados presentes. **NADA MAIS.** Eu, Cassia Maria Mozaner Romano, digitei.

MM. Juiz(a):

Promotor(a):

Defensor(a):

Ré(u):